

## **TJPR e MPPR assinam termo de cooperação para ações conjuntas de Instituições de Ensino**

### **Escola Superior - Destaques**

Postado em: 05/08/2022

Documento prevê a parceria entre a Ejud-PR e a Escola Superior do Ministério Público promoção iniciativas educacionais, eventos técnicos científicos e culturais

Documento prevê a parceria entre a Ejud-PR e a Escola Superior do Ministério Público promoção iniciativas educacionais, eventos técnicos científicos e culturais O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) assinou, nesta quinta-feira (4/8), Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Paraná (MPPR). A parceria tem o objetivo de promover iniciativas conjuntas entre as instituições e subsidiar ações educacionais da Escola Superior do Ministério Público do Paraná e da Escola Judicial do Paraná (Ejud-PR). O termo foi assinado pelo diretor-geral da Ejud-PR, desembargador Ramon de Medeiros Nogueira, e pelo diretor da Escola Superior do Ministério Público, Dr. Eduardo Augusto Salomão Cambi. O ato representa o esforço mútuo para o contínuo aprimoramento do desempenho das respectivas competências constitucionais por meio do intercâmbio de informações e conhecimento, além da cooperação técnica, científica e cultural. "Nós temos esse objetivo de unir o nome da Ejud com grandes instituições, porque isso aumenta a nossa credibilidade. A Escola Superior do Ministério Público é um exemplo disso, realizando um excelente trabalho nas áreas de capacitação para os promotores. Já desenvolvemos alguns projetos, como a Educação em Direitos Humanos. Então, esse termo é a formalização dessa união que já existia desde a criação da Escola Judicial do Paraná", afirmou o desembargador Ramon Medeiros Nogueira. "Essa parceria permite intercâmbio de instrutores e plataformas de ensino que potencializam cursos que servem tanto para magistrados, quanto para membros do Ministério Público. Nesse intuito de aprimorarmos as instituições que fazem parte do Sistema de Justiça, podemos identificar, em cada uma das instituições, mecanismos para aprimorar a prestação jurisdicional e levar ao cidadão melhores serviços", frisou o Dr. Eduardo Augusto Salomão.